



Sistema de Informação Contábil: Uma Análise dos *Softwares* como Ferramenta de Apoio aos Escritórios Contábeis do Vale do Cai

Andrea Simoni Kiekow, Jenifer Soares Meirelles, Leandro Rogerio Schiavo

RESUMO

Diante das mudanças tecnológicas advindas do processo de globalização, é imprescindível que os escritórios de contabilidade busquem alternativas para dinamizar o fluxo de processamento das informações contábeis. Nesse sentido, a tecnologia da informação auxilia estas empresas a manterem-se no mercado, pois além de agilizar os processos, a informação torna-se um instrumento eficiente de gestão empresarial. Além disso minimiza esforços para o atendimento das obrigações fiscais e tributárias impostas pelo governo. Assim, o objetivo deste projeto de trabalho de conclusão da disciplina de conclusão de curso I, será demonstrar como os *softwares* estão auxiliando os escritórios contábeis do Vale do Cai na otimização dos processos e nas entregas das obrigações fiscais do Sistema Público de Escrituração Digital ao governo. Esta pesquisa está classificada quanto à forma de abordagem do problema, como um método quali-quantitativo, sendo que o método utilizado será a aplicação de um questionário. Quanto aos possíveis resultados com a investigação do uso dos sistemas nos escritórios estima-se que estes são utilizados e que eles auxiliam na operacionalização da entrega do SPED FISCAL e suas obrigações, agilizando o fluxo de procedimentos e atendendo de forma regular as obrigações principais e acessórias impostas pelos órgãos regulamentadores.

1 INTRODUÇÃO

Neste contexto, é imprescindível que as empresas, principalmente os escritórios contábeis busquem alternativas para atender as demandas do fisco e prestar serviços com qualidade. Desta maneira, os escritórios contábeis fazem uso dos sistemas de informações para melhoria continua dos processos e se manter competitivos no mercado.

É de consenso geral que os investimentos em sistemas por parte dos escritórios contábeis contribuem não só para a melhoria dos processos, mas também a entrega das obrigações fiscais. Diante do controle rígido do fisco em relação aos contribuintes, os escritórios contábeis ocupam uma linha tênue entre essa relação. De um lado devem interpretar as novas normas e exigências do governo, já por outro lado devem auxiliar as empresas/clientes no cumprimento das obrigações fiscais.

A presente pesquisa será um levantamento bibliográfico sobre os Sistemas de Informações Contábeis e obrigações fiscais em meio eletrônico. Será efetuado um questionário com os escritórios contábeis do Vale do Cai, para identificar os *softwares* utilizados pelos mesmos, e as funcionalidades em relação às obrigações exigidas pelo fisco.

Com os recentes investimentos do Governo em tecnologia da informação a fim de diminuir a evasão fiscal, através do cruzamento das informações dos dados dos contribuintes, é notável que os escritórios contábeis estejam cada vez mais empenhados em prestar serviços com eficiência e eficácia, transmitindo as obrigações acessórias de seus clientes com o máximo de cautela respeitando as exigências do fisco.

Para que isso aconteça, os escritórios contábeis precisam estar atentos ao que há de melhor em termos de tecnologia para que os processos possam ser melhorados. Um bom *software* pode fazer a diferença na qualidade do serviço prestado, contribuindo para prestar serviço com qualidade



e produtividade. Prestar um bom serviço para os escritórios contábeis não significa manter-se competitivo no mercado e conquistando cada vez mais o cliente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

No contexto histórico do surgimento da contabilidade Schmidt (2000, p. 15) relata que “em sítios arqueólogos do Oriente Próximo, foram encontrados materiais utilizados por civilizações pré-históricas que caracterizam um sistema contábil utilizado entre 8000 e 3000 a.C.”. Apesar disso Toigo (2009, p. 22) afirma que “no fim do século XV, surgiram as primeiras obras que versaram sobre a escrituração patrimonial, dando maior divulgação à nova ciência que surgia”.

Este aspecto também é comentado por Higa e Altoé (2015, p. 19), na qual destacam que “desde 1494 o frei Luca Pacioli já punha em destaque a teoria do débito e do crédito, ante a necessidade de controlar os bens, codificando o sistema de partidas dobradas num apêndice de um livro publicado em Veneza”.

Em relação ao conceito de contabilidade Athar (2005, p. 3) afirma que “a contabilidade é por excelência uma ciência que existe para registrar, controlar e mensurar o patrimônio das entidades de qualquer natureza”. Outro aspecto levantado por Toigo (2009, p. 22), é que a contabilidade se aperfeiçoou e ganhou importância no mundo dos negócios graças à necessidade de um maior controle exigido pelo acúmulo de riquezas públicas e privadas e pelo desencadeamento das atividades econômicas.

2.1 SISTEMAS

Para Stair e Reynolds (2011, p. 7) “Um sistema é um conjunto de elementos que interagem para realizar objetivos.” Desta forma, vários elementos interligados formam um todo para alcançar os objetivos da organização.

Ainda nesta mesma linha de considerações, Padoveze (2009, p. 8) afirma que, “Sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo”.

Em relação a classificação dos sistemas, os sistemas abertos são aqueles em que há interação com o ambiente externo (Padoveze, 2009).

Outro aspecto levantado por Padoveze (2009), é que os sistemas fechados, são aqueles que não interagem com o ambiente externo.

2.2 HARDWARE

No que se refere a *Hardware* Laudon e Laudon (2004, p. 13) explicam que, “hardware é equipamento físico usado para atividades de entrada, processamento e saída de um sistema de informação”. Isto vem ao encontro de Stair e Reynolds (2011) que concluíram que *hardware* consiste em qualquer maquinário que muitas vezes utiliza de circuitos digitais, auxiliando nas atividades de entrada, de processamento, de armazenamento e de saída de um sistema de informação.

2.3 SOFTWARE

No que diz respeito a *software*, Gil (1999, p. 124) cita que, é o “conjunto de instruções ou comandos alimentados ao computador, segundo certas regras – linguagem de programação”.

Este aspecto também comentado por Stair e Reynolds (2011), na qual afirmam que o



software, consiste em programas que permitem que o computador execute suas operações.

2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os sistemas de informação, conforme argumenta Wu (1983 apud Padoveze, 2009) “é uma entidade ou um componente, dentro de uma organização, que processa transações financeiras para prover informações para operação”.

Também Stair e Reynolds (2011, p. 8) destacam que:

Um sistema de informação (SI) é um conjunto de elementos ou componentes inter-relacionados que coleta (entrada), manipula (processo), armazena e dissemina dados (saída) e informações, e fornece uma reação reativa corretiva (mecanismo de realimentação) para alcançar um objetivo.

Os sistemas de informações podem ser definidos como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados, em sequência para processamento dos dados, e transformação em informações (Padoveze, 2009). Assim, de acordo com Gil (1999), dado é a matéria-prima que será processada pelo sistema de informação, na qual a informação será o produto final do sistema de informação.

No conceito de sistema de informação Laudon e Laudon (2007, p.9) explicam que:

Um sistema de informação pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização. Além de dar apoio à tomada de decisões, à coordenação e ao controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

Conforme João (2014, p. 4): “Os SI são compostos de informações sobre pessoas, locais e todos os itens considerados relevantes pela e para a organização”. Em relação ao conceito de informação, Stair e Reynolds (2011, p. 4) argumentam que “Informação é o conjunto de fatos organizados de tal maneira que possuem valor adicional, além do valor dos fatos individuais”.

Um aspecto comentado por Gil (1999, p. 181) em relação aos sistemas de informações, é que os “contadores necessitam conhecer os sistemas aplicativos que alimentam e compõem o sistema contábil da organização, assim como as características da plataforma de informática”.

2.5.1 Sistema de informação transacional (SIT)

Ao referir-se aos sistemas de informação transacional, Caiçara Junior (2015), explica que estes sistemas constituem os SIs mais antigos utilizados pelas organizações, e que mesmo oferecendo informações que se restringem basicamente ao processamento de transações, são indispensáveis para o sucesso de qualquer empresa.

2.5.2 Sistema de informação gerencial (SIG)

No que concerne aos sistemas de informações gerenciais (SIG), Laudon e Laudon (2007, p. 307) mencionam que são os sistemas que “apoiam os gerentes no monitoramento e controle do negócio fornecendo informações sobre o seu desempenho. Esses sistemas produzem relatórios fixos”.

Similarmente Caiçara Junior (2015), afirma que um SIG procura suprir as necessidades dos gerentes por meio de diversos relatórios que demonstram o desempenho da empresa num determinado período informado.



Os SIGs coletam, validam, executam operações, transformam, armazenam e apresentam informações para o uso do planejamento e orçamento, entre outras informações que auxiliam os gerentes na tomada de decisão (Perottoni et al, 2001).

Segundo João (2014, p. 38) “Os SIG apresentam resultados semanais, mensais e anuais, ou seja, estabelecem um balanço gerencial das principais áreas da empresa”.

Relativamente aos SIGs, Stair e Reynolds (2011) explicam que estes são um conjunto organizado de pessoas, procedimentos, softwares, bancos de dados e equipamentos que fornecem informações detalhadas das rotinas da empresa aos gerentes.

2.5.3 Sistema de automação de escritório (SAE)

Os sistemas de automação de escritórios são sistemas que contribuem para melhorar a produtividade, e redução de custos sem reduzir a qualidade dos produtos e serviços (Perottoni et al, 2001).

No tocante aos sistemas de automação de escritório, Laudon e Laudon (2007, p. 306) mencionam que os sistemas de apoio ao executivo fornecem à gerência sênior, normalmente envolvida em decisões não estruturadas, informações externas (notícias, análises do mercado acionário e tendências setoriais) e resumos de alto nível quanto ao desempenho da empresa.

Os SAE incorporam, principalmente, dados de eventos externos, como concorrência ou leis tributárias que influenciam diretamente a empresa e seus objetivos, confrontando dados da empresa com dados externos (João, 2014).

2.5.4 Sistema de apoio à decisão (SAD)

A demanda por diferentes tipos de sistemas de informações (SI) começou a crescer no início dos anos 70. Neste mesmo contexto, veio a necessidade de se obter um SI que ao apoiar a tomada de decisão, aumentasse a qualidade da empresa (Perottoni et al, 2001).

Como descrito por Laudon e Laudon (2007, p. 48) “os sistemas de apoio a decisão (SADs) ajudam os gerentes de nível médio a tomar decisões não usuais. Eles focam problemas únicos e que se alteram com rapidez”.

Ainda na mesma linha de considerações, Caiçara Junior (2015) argumenta que os SADs, são utilizados, na maioria das vezes, por gerentes do nível tático ou estratégico, neste tipo de sistema os SADs prestam suporte à decisão por meio de simulações ou análises de situações.

Afirma João (2014, p. 38) que os SADs “são, por norma, programas ou sistemas que respondem a questões como: Será que somos capazes de produzir o suficiente para dobrar as vendas no próximo semestre?”.

Ainda em relação aos sistemas de informação de apoio a decisão, Padoveze (2009, p. 45) expõe que “podemos definir sistemas de suporte à decisão como sistemas em extensão dos modelos de contabilidade gerencial para manuseio de problemas de planejamento semiestruturados e estratégicos”.

Já o conceito SAD para Stair e Reynolds (2011, p. 20), destaca que “os sistemas de apoio a decisão são utilizados quando o problema é complexo e as informações necessárias para determinar a ação apropriada são difíceis de obter e usar”.



2.5.5 *Data warehouse* e *data mining*

No que concerne aos sistemas *data warehouse* e *data mining*, Padoveze (2009, p. 60) descreve:

Data warehousing é um sistema complementar de banco de informações, organizado para permitir que toda a empresa realize a busca e coleta de dados oriundos de diversas bases e sistemas operacionais. A característica é que é um “armazém” organizado de informações de todos os sistemas, acessível de forma pretensamente inteligível para qualquer usuário dentro da empresa.

O *data warehouse*, é um banco de dados que armazena dados e históricos, que posteriormente auxiliam os gestores na tomada de decisão (Laudon e Laudon, 2007).

Já João (2014, p. 115) utiliza-se da seguinte argumentação para conceituar *data warehouse*, onde afirma que estes “compreendem um conjunto de programas que extraem dados do ambiente de dados operacionais da empresa, um banco de dados que os mantém e sistemas que fornecem estes dados aos seus usuários”.

2.5.6 Sistemas especialistas (SE)

São os sistemas que utilizam da inteligência artificial, em substituição ao homem, assim são capazes de resolver problemas mais específicos, utilizando o conceito de inteligência artificial, (Perottoni et al, 2001).

No tocante aos sistemas especialistas, João (2014, p. 43) argumenta:

A estratégia usada para pesquisar a coleção de regras e obter conclusões chama-se mecanismo de interferência, que tem como função vasculhar as regras e acertar aquelas relacionadas aos fatos que o usuário reuniu e inseriu.

Para Stair e Reynolds (2011, p. 21) “Os sistemas especialistas dão ao computador a capacidade de fazer sugestões e funcionar como um especialista em determinado campo, ajudando a melhorar o desempenho do usuário principiante”.

2.5.7 Sistema de informação para executivos (EIS)

Este tipo de sistema surgiu por volta dos anos 80, para atender aos altos executivos, ou seja, fornecer informações que possam auxiliar o público de nível estratégico das organizações (Perottoni, 2001).

De acordo com Caiçara Junior (2015, p. 87) “também chamado de sistema de informações executivas – SIE, esse tipo de sistema destina-se a atender às necessidades informacionais do nível diretivo ou da alta gerência de uma empresa”.

Ainda sobre sistemas de informações executivas, Stair e Reynolds (2011, p. 20) afirmam que “um sistema de apoio executivo pode auxiliar com o planejamento estratégico, organizando e contratando pessoal de alto nível, controle estratégico e gerenciamento de crise”.

2.5.8 Sistema de gestão empresarial (ERP)

Ao referir-se aos sistemas de gestão empresarial Padoveze (2009) menciona que são assim denominados os sistemas de informações que têm como objetivo principal a integração, consolidação e aglutinação de todas as informações necessárias para a gestão do sistema da empresa.

No tocante ao sistema de gestão empresarial Caiçara Junior (2015, p. 96) expõe que



“sistema de informação adquirido na forma de pacotes comerciais de software que permitem a integração entre dados dos sistemas de informação transacionais e dos processos”.

Segundo João (2014, p. 40) “são usados na integração de processos de negócios nas áreas de produção, contabilidade, finanças, vendas e marketing, assim como de recursos humanos, por meio de um único sistema de software”.

2.5.9 *Customer relationship management* (CRM)

Customer relationship management (CRM), é uma especialização para o relacionamento com clientes, compreende os módulos de vendas e de entradas de pedidos, bem como tecnologias e módulos de trabalho direto com o cliente (Padoveze, 2009).

O conceito de CRM também é exposto por Padoveze (2001, p. 23):

O CRM busca eliminar o conceito de dono da informação, pois com sua implantação, as informações ficam a disposição para todos os setores da empresa para que, independente do setor que o cliente necessite, ele fique sempre satisfeito com o atendimento dado.

O CRM, têm como objetivo aumentar a lucratividade, assim como estabelecer uma aliança com o cliente buscando sua satisfação, para que ele volte a usar ou comprar os serviços/produtos da empresa, assim o CRM é o sistema que une empresa e cliente (João, 2014).

2.6 SEGURANÇA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No que concerne a segurança em sistemas de informação, João (2014) afirma que, com o desenvolvimento da *Internet* e dos sistemas de informações das empresas, fez surgir um número cada vez maior de indivíduos mal intencionados, interessadas em roubar dados de pessoas e empresas para se beneficiar financeiramente de modo desleal.

Stair e Reynolds (2011, p. 26) salientam que “erros e desperdícios relacionados aos computadores também constituem uma preocupação”.

2.6 CERTIFICADO DIGITAL

No que se refere à certificação digital, pode-se conceituar certificados digitais como uma espécie de assinatura digital de arquivos de dados usados para determinar a identidade de pessoas e ativos eletrônicos, a fim de permitir transações *on-line* com segurança (Laudon e Laudon, 2004).

Para Stair e Reynolds (2011, p. 317) “certificados digitais, portanto, criam uma cadeia de confiança por toda a transação, verificando as identidades tanto do comprador quanto do fornecedor”. Assim para este certificado deverá existir a autoridade certificadora (CA – *certificate authority*) é uma terceira empresa ou organização de confiança, que tem como função emitir certificados digitais (Stair e Reynolds, 2011).

Laudon e Laudon (2004, p. 475) afirmam que “um certificado digital usa uma terceira parte fidedigna, conhecida como autoridade certificadora (*certificate authority* – CA), para validar a identidade de um usuário”.

No Brasil, as responsabilidades das autoridades certificadoras está disposto na Medida Provisória 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, (BRASIL, 2001).



2.7 QUESTÕES ÉTICAS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No que concerne a ética em sistemas de informação, Laudon e Laudon (2007, p. 373) afirmam:

Ética refere-se ao conjunto de princípios que estabelece o que é certo ou errado, e que os indivíduos, na qualidade de agentes livres, utilizam para fazer escolhas que orientam o seu comportamento. Os sistemas de informação suscitam novas questões éticas para indivíduos e sociedades porque criam oportunidades de mudanças sociais intensas, e, assim, ameaçam os padrões existentes de distribuição de poder, dinheiro, deveres e obrigações.

Conforme argumentam Stair e Reynolds (2011), os computadores podem criar novas oportunidades para comportamentos não éticos, como por exemplo, falsificações e fraudes para a obtenção de benefício próprio de maneira desleal.

2.8 INVESTIMENTOS NUM SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Para Padoveze (2009, p. 318) existem os principais gastos que fazem parte do processo de implantação de sistema de informação que são: Software(s) principal(is); complementares; hardwares principais e complementares; manutenção anual de hardware e software; assessoria para a decisão de compra; consultoria para implementação do sistema; serviços de terceiros para implementação; consultoria para treinamento dos usuários; horas de mão de obra interna das equipes de implementação; horas de mão de obra interna para treinamento dos usuários; gastos de despesa e materiais na implantação; gastos de despesas e materiais no treinamento; auditorias do processo de implantação e treinamento etc.

2.9 NOVO PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

A informatização da contabilidade, contribui para o surgimento de um novo perfil de profissional contábil, especializado em consultoria empresarial, diante das novas tecnologias existentes no mercado, conforme afirma Morais (2003, p. 9):

A tecnologia da informação demonstra seu importante papel no segmento contábil, onde cada vez mais se nota a necessidade de uma melhor qualidade nas informações contábeis e o progresso na área de informática, com a pesquisa na ciência da computação, certamente irá colaborar para a criação de programas utilizando a tecnologia da Inteligência Artificial, especialmente na idealização de Sistemas Especialistas mais direcionados a atividade contábil, acelerando o processo de valorização do profissional contábil e a efetivação na função de consultor empresarial. (MORAIS, 2003, P. 9).

Para Gil (1999, p. 181) “Contadores necessitam conhecer os sistemas aplicativos que alimentam e compõem o sistema contábil da organização, assim como as características da plataforma de informática”.

Padoveze (2009, p. 74) “É necessário que o profissional contábil, responsável pelo sistema de informação contábil, compreenda profundamente o processo operacional da empresa e as informações geradas pelos sistemas”. Ou seja, o profissional contábil deve conhecer os processos da empresa e os sistemas de informação contábil.

Conhecer os SI, são um grande diferencial na carreira, conforma afirmam Stair e Reynolds (2011, p. 31) “Conhecer o impacto dos sistemas de informação e ter a capacidade de colocar esse conhecimento em prática pode resultar em uma carreira pessoal bem-sucedida”. O conhecimento



em SI, torna-se cada vez mais um item relevante para o sucesso profissional.

2.10 RECEITA FEDERAL DO BRASIL E O CRUZAMENTO DAS INFORMAÇÕES FISCAIS

O fisco, com o objetivo de combater a evasão fiscal tem melhorado cada vez mais os sistemas de fiscalização. “Os fiscos, de uma maneira geral, têm aprimorado os seus sistemas de fiscalização. A partir dos seus próprios bancos de dados e também através do cruzamento de informações” (DUARTE, 2009, p. 28).

A intensa fiscalização por parte do ente público ao contribuinte, procura reduzir a evasão fiscal, já que o fisco utiliza os tributos como forma de arrecadação para custeio dos gastos públicos. “União, estados e municípios tem o poder de tributar, isto é, de cobrar uma prestação pecuniária compulsória dos cidadãos e empresários a fim de financiar os gastos públicos” (SOUZA, 2009, p. 130).

Dentre as obrigações a serem realizadas nos escritórios de contabilidade para atendimento a receita federal, tem-se as obrigações principais e as secundárias. As principais decorrem do contribuinte adotar conduta que corresponda a descrição em lei que instituiu determinado tributo. Conforme afirma Casalino (2012, p. 260) “A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador”. Já as acessórias dependem de cada ramo de atividade e empresa possui diferentes obrigações. As acessórias dizem respeito os documentos criados pelo próprio fisco.

2.11 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

O Decreto 6.022 de 22 de Janeiro de 2007 (BRASIL, 2007) instituiu o SPED, apresentando no seu Art. 2º, o objetivo de sua aplicação:

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Uma das maiores mudanças ocorridas que revolucionou o mercado, foi a implantação do projeto SPED, segundo Duarte (1996, p. 46) “O aperfeiçoamento da utilização dos meios magnéticos nas rotinas fiscais invocou a necessidade de unificar e compartilhar informações dos contribuintes entre os fiscos”.

2.12 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e)

Em relação a nota fiscal eletrônica, a Instrução Normativa 45/98, em seu Artigo 8º, do livro II (RIO GRANDE DO SUL, 1998) estabelece a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, emitida em substituição à Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A, à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, ou na venda a consumidor final.

No sistema da nota fiscal eletrônica, o contribuinte remete o documento fiscal eletrônico à Sefaz de origem, que autoriza o documento para as demais operações posteriores.

2.13 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD CONTRIBUIÇÕES

A [Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.052, de 5 de julho 2010](#) (BRASIL, 2010), instituiu a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).



2.14 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL EFD ICMS/IPI

A escrituração fiscal digital é um arquivo digital, que engloba um conjunto de documentos fiscais. Segundo Filho (2010, p. 35) “A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades Federadas e da Receita Federal do Brasil”. Assim, a EFD Fiscal abrange os documentos fiscais, que anteriormente eram impressos, na EFD constitui-se de arquivos digitais.

O Convênio ICMS n° 143, de 15 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006) instituiu a Escrituração fiscal digital:

1 - Cláusula primeira. Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital - EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

A Escrituração Fiscal Digital para Duarte (2009, p. 274) “EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos”. Assim, o fisco através da EFD recebe as informações fiscais, num só arquivo digital.

Segundo a Cláusula sétima do Convênio ICMS n° 143, de 15 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006) estabelece que a escrituração prevista na forma deste convênio substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros: “I - Registro de Entradas; II - Registro de Saídas; III - Registro de Inventário; IV - Registro de Apuração do IPI; V - Registro de Apuração do ICMS”. Estes livros antes impressos, passaram a integrar o arquivo digital da EFD fiscal.

A obrigatoriedade da EFD Fiscal, bem como os prazos de entrega, foram estabelecidos por cada unidade federada, conforme afirma Duarte (2009, p. 276) “A partir de 01 de janeiro de 2009, poderá ser exigido de todos os contribuintes de ICMS e/ou IPI, de acordo com os cronogramas a serem estabelecidos pelas Secretarias de Fazenda estaduais e RFB”.

O Diário Oficial Estadual do Rio Grande do Sul do dia 23/07/2012 publicou alteração no Título I, Capítulo LI da Instrução Normativa 45/98 (RIO GRANDE DO SUL, 1998), conforme apresentado no Quadro 1, o cronograma da obrigatoriedade da EFD Fiscal no Rio Grande do Sul.

2.14.1 Programa validador e assinador

O programa validador e assinador é o programa que tem como funcionalidades editar o arquivo Sped e fazer a transmissão ao fisco. Conforme afirma Duarte (2009, p. 274): “Funcionalidades do programa: digitação, alteração, assinatura digital da EFD, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração. Desta forma, o programa validador e assinador é o meio a qual o contribuinte envia os arquivos digitais ao fisco.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos técnicos, será realizada uma pesquisa bibliográfica, com base no referencial teórico, busca analisar de que forma os *softwares* auxiliam os escritórios contábeis na otimização dos processos e entrega das obrigações acessórias ao fisco. Para analisar, será efetuado um questionário com os escritórios de contabilidade do Vale do Caí, visando verificar o as



funcionalidades dos *softwares* utilizados. A população serão os proprietários bem como também os funcionários destes, a fim de identificar as funcionalidades percebidas nos softwares, tanto a nível operacional quanto gerencial. Este questionário será elaborado com um professor especialista da área a fim de atender ao objetivo geral da pesquisa.

Em relação à pesquisa bibliográfica, está é aquela que utiliza de livros e artigos para fundamentar e enriquecer a pesquisa. Conforme Lakatos (2009, p. 43): “Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. Com os novos avanços da tecnologia as bibliotecas se modernizaram possuindo novos recursos, facilitando as pesquisas bibliográficas. Afirma Mattar (2008, p. 171): “Essa informatização das referências gerou facilidade e aumento de velocidade consideráveis para a pesquisa bibliográfica.”

A pesquisa com base no referencial teórico, busca analisar de que forma os *softwares* auxiliam os escritórios contábeis na otimização dos processos e entrega das obrigações acessórias ao fisco. Para analisar, será efetuado um questionário com os escritórios de contabilidade do Vale do Caí, visando verificar o as funcionalidades dos *softwares* utilizados.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de um método quali-quantitativo. Para Mascarenhas (2012, p. 45): “Baseia-se na quantificação para coletar e, mais tarde, tratar os dados obtidos. “ Já em relação aos objetivos, será uma pesquisa descritiva. Para Gil (2002): “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Após serem aplicados os questionários e tratadas as respostas, espera-se verificar que o sistema de informação utilizados nos escritórios de contabilidade, satisfaçam as necessidades dos seus usuários, bem como também agilizem o processo de atendimento às obrigações fiscais e trabalhistas impostas pelos órgãos regulamentadores.

Além disso serão identificados quais sistemas são utilizados nos escritórios da Região do Vale do Caí e se estes auxiliam ou não na operacionalização da entrega do SPED FISCAL e suas obrigações.

REFERÊNCIAS

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA. **Ato Cotepe 22/2014**, de 3 de junho de 2014. Brasília, disponível em: http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2014/ac022_14.htm. Acesso em: 08 de nov. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **ATO COTEPE/ICMS Nº 9**, de 18 de abril de 2008. Brasília, Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08.htm>. Acesso em: 03 nov. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Lei 1.973**, de



13 de maio de 2014. Brasília, Disponível em: <
<https://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2014/lei12973.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6022**, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BRASIL. SECRETARIA DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa 45/98**, de 26 out. 1998. Rio Grande do Sul, Disponível em: <
https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_efd>. Acesso em: 02 nov. 2015.

CAIÇARA JUNIOR, Cícero. **Sistemas integrados de gestão – ERP: uma abordagem gerencial** [livro eletrônico]. 2 ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CASALINO, Vinícius. **Curso de Direito Tributário e Processo Tributário: Teoria Geral e Direito Constitucional Tributário**. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro A. DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSENZA, José Paulo; ROCCHI, Carlos Antonio de. Evolução da Escrituração Contábil: Desenvolvimento e utilização do sistema ficha tríplice no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.19, p.2-23, abr.2014. Disponível em: <<http://> falta link >. Acesso em: 26 out. 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. Belo Horizonte: Ideas Work, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal IV: Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo Pós-SPED**. Belo Horizonte: Ideas Work, 2011.

FILHO, Arhur Nardon. **Da escrituração manual ao SPED: A relação do Fisco com as empresas**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, julho de 2010. Disponível em: <www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_sped.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HIGA, Neusa. **Contabilidade em processo: da escrituração à controladoria**. Curitiba: Inter Saberes, 2015.

HORNGREN, Charles T. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6.ed. - São Paulo: Atlas, 1998.



KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2015.

LAUDON, Kenneth C. LAUDON, Jane p. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 7.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 3. ed. São Paulo: Altas, 2002.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 1996.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIO GRANDE DO SUL.SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa 45/98, Título I, Capítulo XI, Seção 20.0**, de 20 de outubro de 2015. Rio Grande do Sul, Disponível em: <<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=109367&inpCodDispositivo=3733172>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Jobson Monteiro de. **Economia Brasileira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

TOIGO, Renato Francisco. **Fundamentos de Contabilidade e Escrituração**. 4 ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.